

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI – Nº 1.204 – BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 21 DE NOVEMBRO DE 2000

Plenário deve votar hoje projeto que restringe a propaganda de cigarros

O Plenário do Senado Federal deverá votar hoje o projeto que proíbe a publicidade de cigarro nos meios de comunicação de massa e estabelece outras restrições à propaganda do tabaco e de seus derivados. O substitutivo do senador José Roberto Arruda já foi aprovado pelas comissões de Assuntos Sociais e de Constituição, Justiça e Cidadania

PÁGINA 3

O senador Osmar Dias está propondo que as matas ciliares sejam incluídas no cálculo das reservas florestais das propriedades rurais. A sugestão consta de emenda apresentada pelo senador à medida provisória que trata do tema. Segundo Osmar Dias, a inclusão é necessária para garantir a proteção das reservas de água.

PÁGINA 8



ACM: fundos de pensão podem bancar aumento do mínimo

Antonio Carlos Magalhães afirmou que os recursos para aumentar o salário mínimo podem sair da cobrança de IR dos fundos de pensão.

PÁGINA 4

Comentarista esportivo depõe sobre irregularidades no futebol

Depoimento de Juca Kfoury será hoje



A CPI do Futebol programou para depois da Ordem do Dia depoimento do jornalista Juca Kfoury. Ele falará sobre evasão de divisas em negócios envolvendo a compra e venda de jogadores. Parte da reunião será pública. Num outro momento, o depoimento será restrito aos senadores.

PÁGINA 5

CCJ sabatina juíza indicada para o Supremo

PÁGINA 5

A juíza Ellen Northfleet é a primeira mulher indicada para o STF



Congresso instala órgão que fiscalizará a Abin

PÁGINA 3

CAE

Comissão examina novas regras para setor de informática

PÁGINA 4

Política de preço para o gás natural é tema de audiência pública

PÁGINA 4



Cabral destacou o legado de Zumbi dos Palmares

Dia da Consciência Negra recebe homenagem

PÁGINA 7

Tião Viana: integração dos negros ainda está muito longe



Antonio Carlos considera "necessário" órgão de controle da Abin

Para o senador, a agência "pode agir em várias frentes, só não pode bisbilhotar a vida das pessoas"

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, afirmou na manhã de ontem que o órgão de controle externo que será instalado hoje pelo Congresso (veja matéria na página 3) terá realmente a função de controlar a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e deverá ajudar a tornar mais claras as atribuições dessa instituição.

Antonio Carlos classificou de "necessária" a instalação do órgão de controle, apesar de reconhecer que, mesmo facilitando a apuração de eventuais abusos, isso não garante o bom funcionamento da Abin. Ele lembrou que a Agência de Inteligência pode ter sua atuação ampliada, como, por exemplo, ajudar a combater o tráfico de drogas.

— A Abin pode agir em várias frentes, só não pode bisbilhotar a vida das pessoas. Vivemos na democracia — disse.

Perguntado sobre as recentes



Antonio Carlos Magalhães lembra que a agência poderia ajudar a combater o tráfico de drogas

denúncias dando conta de que a Abin estaria exorbitando de suas prerrogativas, Antonio Carlos disse que os senadores da comissão externa vão aguardar para ouvir a autoridade máxima da área, o ministro-chefe do gabinete de Segurança Institucional, general Alberto Cardoso.

— O general está explicando essas questões. Agora vamos ver se ele explica à comissão — declarou o senador.

Para ACM, conciliação entre Tápias e Everardo é a melhor solução

Na opinião do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, o suposto desentendimento ocorrido entre o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Alcides Tápias, e o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, não passou de um desencontro de informações, que já vem sendo superado. Para ele, isso significa que nenhum dos dois deve sair do governo.

Conforme o senador, a melhor saída para a questão é a conciliação, que, acrescentou, deve acontecer com a ajuda do presidente Fernando Henrique Cardoso.

— Tápias está hierarquicamente acima, mas precisa entender

que Everardo é um grande servidor — observou.

De acordo com alguns jornais, o ministro teria se irritado com as declarações de Everardo dizendo desconhecer como seriam implementadas as medidas tributárias incluídas no pacote de estímulo às exportações, recentemente anunciadas por Tápias. Ainda segundo a imprensa, Tápias havia considerado que Everardo estaria desautorizando seus superiores.

Antonio Carlos também comentou o resultado do leilão do Banespa, ocorrido ontem. Ele considerou satisfatório o valor de R\$ 7 bilhões — ágio de 281% — pago pelo banco espanhol Santander.



AGENDA

TERÇA-FEIRA, 21 DE NOVEMBRO DE 2000

Brasil 500



Presidente
Antonio Carlos Magalhães

10h30 — Concede entrevista à Rádio Eldorado
15h30 — Preside sessão deliberativa ordinária

PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PLC nº 47/2000, altera dispositivos da Lei nº 9.294/96, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas; PLC nº 54/2000, acrescenta inciso ao parágrafo 5º do art. 178 da Lei nº 3.071/16 — Código Civil, e parágrafo único do art. 208 da Lei nº 5.869/73 — Código de Processo Civil (ação da seguradora para reaver o valor da indenização); PLC nº 56/2000, cria cargos na carreira de Polícia Federal; PLC nº 58/2000, altera os artigos 1º e 2º da Lei nº 9.034/95, que dispõe sobre a utilização de meios operacionais para a prevenção e repressão de ações praticadas por organizações criminosas; votação secreta das mensagens nºs 205/2000, que submete ao Senado a escolha de Cláudio Maria Henrique do Couto Lyra para embaixador do Brasil junto à República das Filipinas; 230/2000, que submete ao Senado a escolha do nome de Oto Agripino Maia para embaixador do Brasil junto ao Vaticano; Parecer nº 1.065/2000, sobre a Mensagem nº 212/2000, pela qual o presidente da República submete ao Senado a recondução de José Mário Miranda Abdo ao cargo de diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica — Aneel; e PDL nº 24/2000, que aprova permissão à Fundação Sara Nossa Terra para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Araucária (PR).

COMISSÕES

10h — Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: audiência pública acerca da política de preços para a indústria do gás natural, com a presença do governador do estado do Espírito Santo, José Ignácio Ferreira; dos diretores da Agência Nacional de Energia Elétrica, José Mário Abdo; de Gás e Energia da Petrobras, Delcídio do Amaral Gomez; da Agência Nacional do Petróleo, Júlio Colombi Neto; do Departamento Nacional de Desenvolvimento Energético da Secretaria de Energia do Ministério de Minas e Energia, Boris Garbatí Gorenstin; membro do Conselho de Administração da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica, Sérgio Weigert Ennes; e Eliezer Baptista da Silva. *Ala Senador Alexandre Costa — sala 19*

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Mensagem nº 231/2000, que submete à deliberação do Senado o nome de Ellen Gracie Northfleet para exercer o cargo de ministra do Supremo Tribunal Federal. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

11h30 — Comissão de Educação

Pauta: entre outros, PLS nº 575/99, altera a Lei nº 9.612/98, que institui o serviço de radiodifusão comunitária para instituir o serviço de televisão comunitária; PLC nº 52/99, que institui normas gerais relativas à atividade de peão-de-rodeio, equiparando-o a atleta profissional. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15*

17h — Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: entre outros, PRS nº 79/2000, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e de suas respectivas autarquias e fundações, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização; Mensagem nº 215/2000, que solicita autorização para contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a US\$ 19,1 milhões, de principal, entre o Brasil e o Hungarian Export-Import Bank, destinada ao financiamento parcial do Projeto de Modernização de Laboratórios de Educação Profissional, no âmbito do Programa de Expansão da Educação Profissional (Proep); Mensagem nº 175/2000, que propõe seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até 280,2 milhões de ienes, de principal, entre o Brasil e o Marubeni Corporation, destinada a aquisição de bens e serviços no âmbito do programa de Modernização e Consolidação da Infra-Estrutura Acadêmica das Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais Universitários; PDL nº 181/2000, que aprova a participação do Brasil no Fundo de Meio Ambiente Global Environment Facility — Geef; PRS nº 75/2000, que altera a Resolução nº 78/98 do Senado, para suspender, por 12 meses, o pagamento de serviços de dívidas dos estados de Alagoas e de Pernambuco junto à União; PRS nº 78/2000, que altera a Resolução nº 78/98 do Senado, para suspender, por 12 meses, o pagamento de serviços de dívidas dos estados de Alagoas e de Pernambuco junto à União. *Ala Senador Alexandre Costa — sala 19*

17h30 — Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: eleição do presidente e designação do relator do órgão de controle da Abin. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 5*

Após Ordem do Dia — CPI do Futebol

Pauta: depoimento do jornalista Juca Kfourir. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

18h — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: créditos adicionais. *Plenário nº 2 do Anexo Luis Eduardo Magalhães na Câmara dos Deputados*

PREVISÃO

PLENÁRIO

Quarta-feira
14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Hora do Expediente: será dedicada a homenagear a escritora Rachel de Queiroz pelo transcurso de seu nonagésimo aniversário de nascimento.

Pauta: PLC nº 57/2000, que dispõe sobre a identificação criminal; PLC nº 39/2000, regulamenta, para a Previdência Social, o disposto no parágrafo 3º do art. 100 da Constituição federal; PLS nº 683/99, que regulamenta a prestação de informações ao Banco Central para instrumentalização do Sistema Central de Risco de Crédito; e PDL nº 253/99, renova permissão outorgada à Rádio FM Cidade de Mogi-Guaçu para explorar serviço de radiodifusão em frequência modulada em Mogi-Guaçu (SP).

Quinta-feira

10h — Sessão deliberativa ordinária

Hora do Expediente: será dedicada a homenagear a memória do ex-deputado, ex-senador e ex-ministro do Tribunal de Contas da União Guido Fernando Mondim. Pauta: PDLs nºs 265/99, renova a concessão do Sistema Jornal de Rádio para serviço de radiodifusão sonora em onda média em Piracicaba (SP); nº 72/2000, aprova permissão à Rádio Cultura Venda Nova FM para serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada em Ibatiba (ES); nº 107/2000, aprova permissão à Brasil Amazônia Comunicação Empreendimentos para serviço de radiodifusão sonora em Redenção (PA); nº 142/2000, que aprova permissão à Fundação Donatle Costa para serviço de radiodifusão em frequência modulada em operação de asilo político no Panamá para Vladimiro Montesinos, principal assessor do presidente do Peru, Alberto Fujimori. *Sexta-feira*

9h — Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Quarta-feira

9h — Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: entre outros, PLS nºs 5 e 68, de 2000 (tramitação conjunta), acrescenta dispositivos à Lei nº 7.998/90, dispõe sobre a concessão do benefício de Seguro-Desemprego ao trabalhador extrativista vegetal. Pauta-Extra: PLC nº 74/2000, altera dispositivos do Decreto-Lei nº 5.452/43 (CLT), que proíbe o trabalho do menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9*

10h — Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: audiência pública acerca da dívida ativa, com a presença dos presidentes do Tribunal Regional Federal (TRF), Fernando da Costa Tourinho (1ª Região); Alberto Nogueira (2ª Região); José Kallás (3ª Região); Fábio Bittencourt da Rosa (4ª Região); e José Maria Lucena (5ª Região). *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19*

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: entre outros, PLS nº 187/99, amplia o prazo de filiação partidária; PLS nº 353/99, que dispõe sobre o financiamento público exclusivo das campanhas eleitorais; e PLS nº 130/99, que proíbe divulgação de pesquisas eleitorais no período que determina, mediante o acréscimo de parágrafo ao art. 33 da Lei nº 9.504/97, que estabelece normas para as eleições. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

10h — Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: exposição do ministro da Defesa, Geraldo Magela da Cruz Quintão. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 5*

10h — Comissão de Educação

Pauta: audiência pública para debater o Programa Especial de Treinamento (PET), com a presença do deputado Gilmar Machado, presidente da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados; dos professores Antônio Macdowell Figueiredo, secretário Nacional da Educação, Dante Augusto Couto Barone, presidente da Comissão Executiva Nacional em Defesa do Programa Especial de Treinamento e Vilma Figueiredo, vice-presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); e dos acadêmicos Wadson Ribeiro, presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE) e Gabriel Perfeito Castro, membro da Comissão Executiva Nacional em Defesa do Programa Especial de Treinamento. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15*

Quinta-feira

9h — CPI do Futebol

Pauta: depoimento da presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), Adrienne Giannetti Nelson de Senna. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327
Editor-Chefe: Edson de Almeida

Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéias Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Senado deve votar hoje restrições a anúncio de fumo

Texto acolhido por duas comissões proíbe propaganda de cigarros em revistas, jornais, TV, rádio e *outdoors* e admite malas diretas e cartazes em estabelecimentos comerciais. Se aprovado pelo Plenário, voltará à apreciação da Câmara

O Senado vota hoje projeto que restringe a publicidade de cigarros e de outros derivados do tabaco em todo o país. Aprovado pelas comissões de Assuntos Sociais e de Constituição, Justiça e Cidadania, o parecer do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) determina que a divulgação desses produtos ficará proibida em revistas, jornais, televisão, rádio e *outdoors*. O projeto tramita em regime de urgência.

De acordo com o texto aprovado pelas comissões, as indústrias de tabaco terão permissão para enviar publicidade por mala direta ao público visado, podendo ainda exibir cartazes, painéis e pôsteres na parte interna das lojas e de outros recintos. Arruda classificou o projeto, de iniciativa do governo, como um dos mais polêmicos analisados recentemente pelo Legislativo.

O senador disse ter feito o máximo para compatibilizar o interesse do governo e da sociedade no sentido de adotar medidas mais drásticas para coibir o fumo com o respeito ao direito constitucional dos produtores de cigarro de anunciar seus produtos. Se o Plenário aprovar o texto de Arruda, que alterou em vários pontos o projeto votado na Câmara, a matéria voltará ao exame dos deputados.

Na mesma sessão, o Plenário delibera sobre projeto do Executivo que fixa em seis meses o prazo para prescrição de ação impenetrada pelas companhias seguradoras para reaver o valor que tenham pago aos segurados por dano provocado por terceiros. Pelo Código Civil, o prazo atual é de cinco anos, o que acaba prejudicando o segurado, que dispõe de um ano para reclamar das companhias a indenização devida. Ou seja, se a seguradora exercer seu direito em prazo superior a um ano, o responsável pelo dano não poderá exigir da sua seguradora o ressarcimento.

Outro projeto que aguarda votação é o que cria dois mil novos cargos na Polícia Federal, assim distribuídos: 160 na área de perícia criminal, 400 para delegado, 600 para escrivão e 840 para agente, todos sujeitos a concurso público. Na opinião do relator da matéria, senador Romeu Tuma (PFL-SP), esse aumento de vagas vai permitir que a Polícia Federal cumpra com maior eficácia suas funções constitucionais, principalmente no combate ao narcotráfico.

O Senado também vota projeto do governo permitindo que os policiais instalem aparelhos de som e imagem para captar conversas de suspeitos, autorizando-



Plenário decide sobre projeto que o líder do governo considera um dos mais polêmicos analisados recentemente

os também a se infiltrar em organizações criminosas, no propósito de desbaratar quadrilhas. As duas ações vão depender de autorização judicial. Na exposição de motivos, o ministro da Justiça, José Gregori, afirma que esses meios de prevenção e repressão ao crime já são utilizados em vários países.

Em votações secretas, o Senado ainda delibera sobre as indicações de Cláudio Maria Henrique do Couto Lyra para a embaixada do Brasil nas Filipinas; de Oto Agripino Maia para embaixador no Vaticano; e de José Mário Miranda Abdo para ser reconduzido à direção da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel.

Comissão de Educação examina projeto que cria a TV comunitária

A Comissão de Educação (CE) vai apreciar em caráter terminativo hoje, a partir das 11h30, projeto que introduz várias mudanças na lei que implantou o serviço de radiodifusão comunitária, de modo a estendê-lo para a televisão. De autoria do senador Paulo Hartung (PPS-ES), a proposta recebeu parecer favorável da senadora Emilia Fernandes (PDT-RS).

— Ao preceituar que o serviço de radiodifusão comunitária possa também ser executado na modalidade televisão, o projeto de lei reconhece a importância desse veículo para a democratização da comunicação — diz a senadora em seu parecer.

Emilia disse ainda que o projeto pretende corrigir “o inadmissível abuso de autoridade que vem sendo perpetrado contra as rádios comunitárias”. Valendo-se do parecer de sua autoria, aprovado na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, a senadora critica a Agência Nacional de Telecomunicações.

Segundo ela, essa instituição “vem exorbitando de sua função fiscalizadora da prestação dos serviços, ao proceder à apreensão de equipamento destinado à trans-

missão em âmbito restrito, como no caso das rádios comunitárias, sem o devido processo legal”.

O projeto de Hartung prevê que todos os serviços de radiodifusão comunitária em atividade entre o período em que foi sancionada a lei, em 19 de fevereiro de 1998, e a data da sanção das mudanças propostas agora, tenham autorização de funcionamento de 24 meses.

Também está na pauta da CE projeto da Câmara dos Deputados que equipara a atividade de peão-de-rodeio à de atleta profissional. Para o senador Romeu Tuma (PFL-SP), que vai apresentar parecer favorável à matéria, esse tipo de espetáculo tem movimentado vultosas quantias de dinheiro, “sem qualquer contrato em que figurem normas mínimas de proteção e segurança individual”.

Três projetos de decreto legislativo completam a pauta da comissão, presidida pelo senador Freitas Neto (PFL-PI). Dois deles se referem à outorga da permissão para funcionamento das rádios MR Radiodifusão, de Vitória de Mearim (MA), e Flash FM, de Cosmópolis (SP). O outro renova permissão já outorgada à Rádio Cidade de Campinas, de Itu (SP).



Freitas Neto preside a CE, que vota hoje mudanças nas regras da radiodifusão comunitária

Congresso instala órgão de controle da Agência Brasileira de Inteligência

O órgão do Congresso que fiscalizará as atividades da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), responsável pelo serviço de inteligência do governo, será instalado na sala da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) do Senado hoje, a partir das 17h30. A fiscalização da Abin é atribuição do Congresso, conforme determina lei que a criou. Depois de eleger o presidente da comissão, o novo órgão terá como primeira iniciativa indicar o relator, encarregado de, em 20 dias, apresentar parecer à proposta de política nacional de inteligência, encaminhada ao Congresso pelo Executivo.

A comissão que fará o controle externo do Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin) deve ser composta por três deputados e três



Na condição de presidente da CRE, José Sarney integrará o órgão de controle da Abin

senadores: os líderes da maioria e da minoria e os presidentes das comissões de Relações Exteriores da Câmara e do Senado. Dessa forma, os integrantes da comissão serão os senadores José Sarney (PMDB-AP), presidente da

CRE; Jader Barbalho (PA), líder e presidente do PMDB; Heloísa Helena (PT-AL), líder do Bloco Oposição; e os deputados Luiz Carlos Haully (PSDB-PR), presidente da CRE da Câmara; Aécio Neves (MG), líder do PSDB; e Aloízio Mercadante (SP), líder do PT.

Pela lei, o órgão de controle tem como competência fiscalizar a execução dos atos previstos na política nacional de inteligência. A lei coloca a Abin como órgão central do Sisbin, com a missão de produzir conhecimentos para assessorar o presidente e garantir a proteção de informações relacionadas à segurança da nação. A Abin é definida pela lei como órgão de assessoramento direto da Presidência da República.

ACM: aumento do mínimo é "imprescindível" e pode sair do imposto dos fundos de pensão

Presidente do Senado aponta alternativa para hipótese de atraso na votação, pela Câmara, de projetos de combate à sonegação que garantiriam os recursos necessários no Orçamento de 2001

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, afirmou ontem que, caso a Câmara atrase a votação de dois projetos que vão aumentar a receita federal, o dinheiro para garantir o reajuste do salário mínimo para até R\$ 180 "sairá da cobrança de Imposto de Renda dos fundos de pensão". Para ele, o aumento do mínimo "é imprescindível".

Antonio Carlos mencionou a alternativa ao ser questionado por jornalistas, que apontaram dificuldades para votação na Câmara dos Deputados dos projetos que alteram o sigilo bancário, dando à Receita Federal acesso às movimentações financeiras de pessoas e empresas suspeitas de sonegação fiscal, e combatem a elisão fiscal — uso



Amir Lando, relator do Orçamento, reúne-se hoje com os dez sub-relatores

abusivo de brechas legais para redução do Imposto de Renda a pagar.

A cobrança de Imposto de Renda sobre as aplicações dos fundos de pensão fechados, mencionada pelo presidente do Senado, vem sendo discutida na Justiça há 12 anos. O presidente do STF, ministro Carlos Velloso, prometeu ao relator-geral do Orçamento 2001, senador Amir Lando (PMDB-RO), colocar em votação com rapidez uma ação que trata dessa cobrança. Ao mesmo tempo, há uma negociação entre a Receita Federal e os fundos para o pagamento de parte dos impostos.

Conforme notícias dos jornais, o relator na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara do proje-

to que altera o sigilo bancário, deputado Ney Lopes (PFL-RN), vem argumentando que a permissão para que os fiscais da Receita tenham acesso a extratos bancários seria inconstitucional. Por isso, ele apresentou um substitutivo prevendo que a Receita só terá acesso aos extratos de bancos com autorização de juiz, o qual ficará obrigado a se manifestar sobre a quebra de sigilo em 72 horas.

Além disso, ainda conforme a imprensa, o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, declarou que os dois projetos não garantem uma arrecadação "certa e segura" para o aumento do salário mínimo. Cálculos do Executivo e dos técnicos do Congresso indicam que o reajuste do mínimo para R\$ 180 exigiria R\$ 4 bilhões por ano, que seriam repassados ao INSS, encarregado de pagar o piso a 12,3 milhões de aposentados.

A declaração do ministro contradiz estudos das comissões de Orçamento e Fiscalização da Câmara e do Senado, que apontaram uma arrecadação de pelo menos R\$ 9 bilhões só com o projeto sobre sigilo bancário. O relator-geral do Orçamento 2001, senador Amir Lando, obteve dos líderes partidários na Câmara garantia de que os dois projetos serão votados ainda este ano.

Amir Lando reúne-se hoje com os dez sub-relatores do Orçamento e pretende informar que, por enquanto, eles estarão autorizados a utilizar apenas 60% das verbas destinadas às emendas individuais dos parlamentares. Assim, só poderiam comprometer cerca de R\$ 700 milhões da verba de R\$ 1,6 bilhão que o governo reservou para emendas do Congresso. O uso dos outros R\$ 900 milhões dependeria da votação, na Câmara, dos projetos sobre sigilo bancário e elisão fiscal.



Ramez Tebet: recursos para habitação geram também novos empregos

Tebet pede que governo invista mais em habitação

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) sugeriu ontem em Plenário que o governo federal amplie os recursos destinados à habitação, como forma de reduzir o que considera um "grave problema social". Segundo o senador, as áreas urbanas brasileiras carecem atualmente de quatro milhões de moradias, e as áreas rurais, de 1,6 milhão. Além disso, em razão do crescimento desordenado, proliferam favelas.

Dando como exemplo programa habitacional desenvolvido pela prefeitura de Campo Grande, capital de Mato Grosso do Sul, em convênio com o governo federal, Tebet lembrou que o direito à moradia é um dos fundamentos da cidadania. Em Campo Grande foram entregues, na manhã do último domingo, 550 casas populares, de mil previstas nas metas do programa. Cada unidade mede 30 metros quadrados e é construída em lotes de 200 metros quadrados, com financiamento em dez anos e prestações fixas de R\$ 37,00.

— Fiquei emocionado ao ver tantas famílias recebendo suas moradias. A casa é a identidade do cidadão. O problema habitacional não foi totalmente resolvido, mas um grande passo está sendo dado — disse Tebet.

Ramez Tebet explicou que a elevação dos investimentos na habitação terá como resultado não apenas a construção de casas para a população de baixa renda e de classe média, mas também a criação de empregos. A indústria da construção civil é o setor que mais rapidamente pode gerar empregos e provocar o chamado "efeito cascata", dinamizando a economia como um todo.

CAE

Comissão aprecia projeto de nova Lei de Informática

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprecia hoje, a partir das 17 horas, o projeto da nova Lei de Informática. O substitutivo apresentado pelo relator da matéria, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), considera os telefones celulares e os monitores de vídeo como bens de



Ney Suassuna é autor do substitutivo que será votado pela CAE

informática, estendendo a todo o país — contra a opinião da bancada do Amazonas, preocupada com o futuro da Zona Franca de Manaus — os benefícios fiscais para a sua produção.

As empresas que investirem em pesquisa e desenvolvimento em tecnologia da informação estarão, segundo o substitutivo de Suassuna, aptas a receber benefícios fiscais. Os estados do Sul e do Sudeste terão, de acordo com o texto, isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) até 31 de dezembro de 2000 e depois passarão a contar com redução gradual do imposto, de 95% em 2001 a 70%

do valor devido até 2009.

Nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, as empresas terão, pelo substitutivo, isenção do IPI até o fim de 2001. A redução a seguir vai de 97% do imposto devido em 2002 a 77% até 2009. Estarão incluídos nos incentivos — além dos telefones celulares e dos monitores de vídeo — produtos como componentes eletrônicos, equipamentos baseados em técnica digital e programas para computadores. Ficam de fora da lei, ainda que incorporem tecnologia digital, equipamentos de áudio, vídeo, lazer e entretenimento.

A pauta da comissão inclui ainda sete outros itens, entre os quais projeto de resolução destinado a permitir que as antecipações de receitas feitas a título de *royalties* a estados e municípios sejam utilizadas para amortização de dívidas com a União, e não apenas para a capitalização de fundos de previdência.

Audiência pública debate política de preços para indústria do gás natural

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) realiza hoje, às 10 horas, uma audiência pública para debater a política de preços para a indústria do gás natural. Entre os convidados está o ex-senador e atual governador do estado do Espírito Santo, José Ignácio Ferreira. O autor do requerimento para realização do debate, senador Ricardo Santos (PSDB-ES), quer que a discussão possibilite estabelecer uma política de preços duradoura para o setor e que sirva ainda como base para se traçar o Programa Prioritário de Termelétricas. Segundo ele, é urgente a implementação dessas medidas, para minimizar a atual crise de abastecimento de energia elétrica no país.



Ricardo Santos defende uma política de preços duradoura para o setor

Além do governador do Espírito Santo, são esperados para o debate o diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica, José Mário Abdo; o diretor de Gás e Energia da Petrobras, Delcídio do Amaral Gomez; o diretor da Agência Nacional do Petróleo Júlio Colombi Neto; o diretor do Departamento Nacional de Desenvolvimento Energético da Secretaria de Energia do Ministério de Minas e Energia, Boris Garbati Gorensti; o integrante do Conselho de Administração da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica Sérgio Weigert Ennes; e o empresário Eliezer Baptista da Silva.

CCJ sabatina hoje a primeira mulher indicada para o Supremo

Juíza Ellen Gracie Northfleet, do Tribunal Regional Federal do Rio Grande do Sul, terá seu nome submetido aos senadores da comissão e posteriormente ao Plenário

O Senado começa a examinar hoje a primeira indicação de uma mulher para ocupar o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). A juíza Ellen Gracie Northfleet, do Tribunal Regional Federal (TRF) do Rio Grande do Sul, será sabatinada a partir das 10h, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde o senador José Fogaça (PMDB-RS) apresentará relatório à mensagem presidencial que a indica para o STF.

Depois da arguição feita pelos senadores, a CCJ realiza votação secreta do parecer de Fogaça, que segue para apreciação do Plenário. A juíza terá sua indicação definitivamente aprovada se contar



José Fogaça está encarregado de apresentar parecer sobre a indicação de Ellen Northfleet para o STF

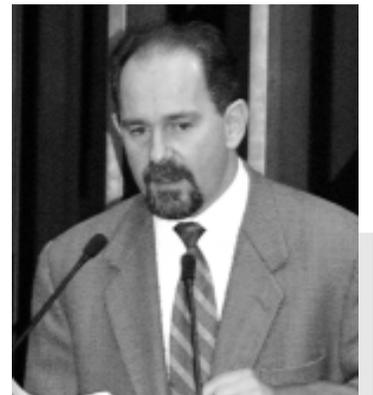
com o apoio de pelo menos 41 senadores (maioria absoluta), novamente em votação secreta, no Plenário.

Caso o Senado concorde com a indicação do presidente Fernando Henrique Cardoso, Ellen Northfleet ocupará a vaga aberta no STF pela aposentadoria do ministro Octávio Gallotti. No Supremo, instância máxima do Judiciário brasileiro, Ellen trabalhará com outros de 10 ministros que decidem sobre disputas envolvendo matéria constitucional.

Nascida no Rio de Janeiro, Ellen Northfleet desenvolveu sua carreira profissional no

Rio Grande do Sul, onde exerceu cargos no Ministério Público Federal e no Judiciário. Em 1997, foi eleita presidente do TRF, corte em que ingressou em 1992.

Por acreditar que a indicação presidencial resgata a importância e a competência da mulher brasileira, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) solicitou que o Senado aprove voto de louvor à iniciativa de Fernando Henrique. Porém, a pedido de Fogaça, o requerimento de Simon será apreciado somente após a realização da sabatina na CCJ. Antes de Ellen Northfleet, as juízas Eliana Calmon e Fátima Nancy Andrichi foram indicadas para exercer cargo de ministro no Superior Tribunal de Justiça.



Dutra aponta importância crescente das pesquisas no processo de escolha do candidato pelo eleitor

Dutra quer evitar fraude e manipulação das pesquisas

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) apresentou projeto de lei para reforçar o controle sobre as pesquisas eleitorais, exigindo a especificação dos endereços e logradouros em que a entrevista se realizou. O projeto estabelece a cassação do registro de funcionamento da empresa executora da pesquisa, bem como multa no valor de 50 a 100 mil UFIR e detenção de seis meses a um ano, entre as penas a que estão sujeitos os responsáveis pela divulgação de dados fraudulentos.

O projeto, que tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) em decisão terminativa, também tipifica o delito de fraude nas pesquisas. São três as situações que caracterizam o crime: falsidade das informações prestadas, falsificação do resultado divulgado e discrepâncias superiores à margem de erro entre as pesquisas realizadas nos dez dias anteriores à eleição e o resultado oficial desta.

Na justificativa do projeto, Dutra afirma ser necessário ter mais controle sobre as pesquisas, tendo em vista sua importância crescente no processo de escolha do candidato pelo eleitor. "É conhecida a imaturidade política de muitos eleitores que preferem votar nos candidatos bem posicionados nas pesquisas a escolhê-los de acordo com seus programas", argumenta o senador.

Dutra defende, porém, a liberdade de fazer e divulgar pesquisas, por entender que sonegar informações não é o meio adequado de promover o esclarecimento político.

— Convencer o eleitor a votar de acordo com programas é tarefa dos candidatos. Cabe à lei prevenir a fraude e a manipulação de pesquisas com o objetivo de beneficiar um dos candidatos. Essa é a finalidade do projeto — conclui o senador.

Jornalista depõe sobre transações de jogadores

A comissão parlamentar de inquérito do Senado que está investigando o futebol brasileiro ouvirá hoje o jornalista Juca Kfourri. O depoimento do comentarista da Rádio CBN e da Rede TV! está marcado para depois da Ordem do Dia.

Juca Kfourri deverá falar sobre evasão de divisas em negócios envolvendo a compra e venda de jogadores. A sessão da CPI do Futebol terá uma parte pública e outra secreta.

O convite ao jornalista foi feito a partir do depoimento que ele prestou à CPI da CBF/Nike, da Câmara dos Deputados. Na ocasião, Kfourri afirmou que teria muitos esclarecimentos a fazer caso pudesse depor secretamente. O presidente da CPI do Futebol, senador Álvaro Dias (PSDB-PR), antecipou que Juca Kfourri deverá apresentar alguns documentos apontando indícios de irregularidades envolvendo entidades ou pessoas ligadas ao futebol brasileiro.

A programação das próximas semanas já foi definida pela CPI do Futebol. Para quinta-feira, está marcado o depoimento da presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), Adrienne de Senna. Ela falará sobre irregularidade nas operações de bingos. O Coaf denunciou ao



Ministério Público 5.208 operações suspeitas de movimentar irregularmente R\$ 5 bilhões entre agosto de 1999 e outubro deste ano. No dia 28, haverá uma reunião administrativa da CPI.

Para o dia 30 de novembro, uma quinta-feira, está marcado o depoimento do ex-técnico da Seleção Brasileira Wanderley Luxemburgo. Ele deverá dar explicações sobre denúncia feita pela estudante de Direito Renata Alves de que teria montado e operado uma rede de negócios envolvendo o recebimento de comissão pela escalação de jogadores, uso de imagem, compra e venda de veículos e transferência irregular de dólares ao exterior.



Álvaro Dias antecipa que Juca Kfourri deve apresentar documentos com indícios de irregularidades

Jucá elogia inovações na estrutura do Incra

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) elogiou a criação do Agente de Inserção Social, uma das principais inovações da reestruturação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). De acordo com o parlamentar, o agente servirá de elo de ligação entre o conhecimento técnico do Incra e o trabalhador assentado.

Jucá informou que, apenas este ano, formaram-se no Incra 500 agentes de inserção. Segundo o senador, eles estão trabalhando junto a dois mil projetos de reforma agrária, atendendo a mais de 200 mil famílias assentadas.

O programa de reforma agrária, na opinião do representante de Roraima, é um dos grandes sucessos do atual governo. Ele afirmou que as metas de assentamento vêm sendo cumpridas integralmente, e lembrou que o Ministério do Desenvolvimento Agrário coordena tanto as ações do Incra como as do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), dentro da política de governo batizada de Novo Mundo Rural.

— A filosofia dessa política é a de que não basta obter terras e nelas assentar famílias pobres: é preciso desenvolver um grande esforço para transformar os assentados em agricultores bem sucedidos, capazes de se manter, de



Para Jucá, o programa de reforma agrária é um dos grandes sucessos do governo

se inserir no mercado agrícola e de contribuir para a comunidade nacional — disse.

O senador destacou que a nova estrutura do Incra mantém uma superintendência regional em cada estado, órgãos descentralizados e com maior autonomia. Observou ainda que, nas áreas de maior tensão com relação ao uso e à posse da terra, foram constituídos grupos gerenciais compostos por representantes dos três níveis de governo e também pela sociedade civil. Essas áreas, segundo Jucá, são: o sul do Pará; o médio São Francisco; a Zona da Mata de Pernambuco e Alagoas; o Triângulo Mineiro; e algumas regiões dos estados de São Paulo, Paraná e Mato Grosso do Sul.

Hartung insiste em correção da tabela de IR

Parlamentar lembra que está há seis meses na Comissão de Assuntos Econômicos projeto, de sua autoria, que atualiza a tabela e as deduções do Imposto de Renda, e critica governo federal por se recusar a discutir o assunto



Hartung apelou ao governo para discutir "uma mudança na estrutura de cobrança do IR"

Em nome da liderança do seu partido, o senador Paulo Hartung (PPS-ES) disse que é "antidemocrática" a postura do governo em não discutir a correção da tabela e das deduções do Imposto de Renda (IR) da Pessoa Física. Não é por falta de propostas, apontou o senador, ao lembrar projeto de sua autoria que corrige a tabela, que se encontra na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) há seis meses.

Para Hartung, o governo deve ser

claro em suas intenções de querer aumentar a arrecadação do IR, enviando ao Congresso um projeto nesse sentido, em vez de se recusar a debater o assunto. Ele afirmou que são equivocadas as afirmações do secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, de que o reajuste da tabela reduziria os recursos destinados às escolas públicas.

— Se é verdade que esse dinheiro está mesmo sendo destinado a setores sociais básicos, é mais um motivo para se debater de forma

transparente uma mudança na estrutura de cobrança do IR no país — afirmou.

Paulo Hartung observou que a tabela está inalterada há seis anos e que deveria ser corrigida em 37,53%, levando-se em conta a variação da extinta Unidade Fiscal de Referência (Ufir) e a inflação deste ano, que deverá ficar em torno de 7%. O senador explicou que o congelamento da tabela aumenta a base de contribuintes e a incidência sobre aqueles que já contribuí-

am, se caracterizando como "um verdadeiro confisco".

De acordo com dados do Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Unafisco), apresentados pelo parlamentar, o trabalhador com renda mensal de R\$ 1.510 pagará R\$ 138,02 a mais de IR, no ano que vem. Segundo o senador, a própria Receita Federal já admitiu que quase 4 milhões de trabalhadores assalariados estão nessa situação, ou seja, pagarão mais imposto em 2001.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h30 — *Cidadania* — Senadora Emilia Fernandes e a presidente do *Jornal Persona*, Maria Lúcia Pizolante, falam das mulheres no século XXI
7h30 — *Entrevista* — Senador José Fogaça fala sobre as eleições norte-americanas
8h — *Jornal do Senado*
8h30 — *TV Escola* — Educação Ambiental — Crescimento urbano
9h — *Cores do Brasil* — Cerrado
9h30 — *Entrevista* — Senador Carlos Bezerra fala sobre a reforma agrária e a agricultura familiar
10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (ao vivo)
Logo após — Comissão de Assuntos Econômicos (gravado)
Logo após — Comissão de Educação (gravado)
14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)
Logo após — Comissão de Assuntos Econômicos (ao vivo)
21h — *Jornal do Senado*
21h30 — *CPI do Futebol* — (gravado)

Logo após — Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h — *Agenda Senado*
Em seguida — Música e informação
10 — Comissão de Assuntos Econômicos
Em seguida — Música e informação
14h30 — Sessão Plenária do Senado (vivo)
Em seguida — Música e informação
19h — *A Voz do Brasil*
Em seguida — Música e informação
20h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Nordeste
Em seguida — Música e informação
21h — *Senado em Linha Direta* — Edição Norte/Centro-Oeste
Em seguida — Música e informação
21h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Sul/Sudeste
Em seguida — Música e informação
0h — Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida — Música e informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

Sebastião Rocha lamenta crise no PDT e saída de Garotinho do partido

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) lamentou a saída do governador do Rio, Anthony Garotinho, e de seu grupo político do PDT, afirmando que, com a decisão, perderam tanto o governador do Rio quanto o presidente de honra do partido, Leonel Brizola. Rocha ressaltou, no entanto, que "quem perdeu mais foi o próprio PDT, que enfraqueceu, tornando-se um partido sem perspectivas de eleger o próximo presidente da República".

Segundo Rocha, a fusão com o PTB é uma das alternativas que restam ao PDT para não desaparecer de vez. Ele ressaltou, porém, que uma aliança não será suficiente para dar ao novo partido perspectiva de poder presidencial. "Espero que ou-



Sebastião Rocha também fez acusações contra o governador do Amapá por malversação de verbas

tros partidos se unam a nós", disse.

AMAPÁ

Sebastião Rocha voltou a fazer acusações de malversação de verbas públicas ao governador do Amapá, João Alberto Capiberibe. "Estou apresentando documentos que comprovam depósitos de R\$

25 mil nas contas individuais de cinco conselheiros do Tribunal de Contas do estado, justamente aqueles que isentaram de responsabilidade o governador na investigação sobre irregularidades no caso do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental", afirmou.

Ele acrescentou que o Tribunal de Justiça já concedeu liminar favorável ao pedido do Tribunal de Contas para devolver esses depósitos. "Agora, o governador se volta contra o Judiciário do Amapá, acusando os juízes de comprometimento com traficantes de drogas." O senador leu nota oficial do Judiciário do estado repudiando as acusações e afirmando que funciona dentro dos princípios de estrita neutralidade.

Ademir quer alternância entre homens e mulheres nas indicações para o STF

A presença constante de mulheres nos cargos de ministras no Supremo Tribunal Federal (STF) foi defendida ontem pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA). Ele é o autor da proposta de emenda constitucional (PEC) que prevê alternância entre homens e mulheres nas indicações para o cargo. Ademir abordou o tema a propósito da realização em Brasília do Congresso Nacional de Mulheres na Carreira Jurídica, entre 25 e 29 deste mês.

— Não é possível que se fique totalmente à mercê da vontade do presidente em nomear ou não uma mulher para o STF — disse.

A PEC está pronta para ser votada na Comissão de Constituição, Jus-

tiça e Cidadania (CCJ), com parecer favorável de Lúcio Alcântara (PSDB-CE), que rejeitou em seu relatório emenda que mudava o sentido da proposição de Ademir.

Ele observou que, aos poucos, as mulheres têm ocupado papel im-



Ademir: "Não é possível que se fique totalmente à mercê da vontade do presidente"

portante na carreira jurídica, representando hoje 25% dos juízes da Justiça Comum de 1º e 2º graus e 34% dos juízes da Justiça do Trabalho. Além disso, assumem em grande número os cargos de promotora e defensora pública, e já chegaram ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), onde há duas ministras.

Ademir lamentou que a nomeação da juíza Ellen Gracie Northfleet para o STF seja vista como "uma grande notícia". Para ele, esse seria, sim, um sinal de que o reconhecimento do direito da mulher a espaço na vida pública ainda enfrenta dificuldades. Segundo ele, a criação de reserva de vagas no STF seria uma "medida de ação positiva, visando acelerar o processo de mudança em andamento.



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações técnicas para recepção do sinal da TV Senado

Net: operadora local informa o número do canal
DirecTV: canal 163
Sky Net: canal 30
Tecsaf: canal 17
Internet: www.senado.gov.br
Antena Parabólica — Sistema Digital:
• Satélite: B1
• Transponder: 1 BE (Banda Estendida)
• Polarização: Vertical
• Frequência: 3.644,4 MHz
• Frequência (Banda - L): 1.505,75 MHz
• Antena: 3,6 m
• PID: Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110
Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG-2 DVB
• Symbol Rate: 3,2143Ms/s
• FEC: 3/4
Antena Parabólica — Sistema Analógico:
• Satélite - B1
• Transponder - 11 A-2 (canal 8)
• Polarização: Horizontal
• Frequência - 4.130 MHz

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:
• Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
• Receptor ABR 200, ComStream
• LBN DRO ComStream
• 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

• Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
• Satélite: Brasilsat B2
• Polarização: Vertical (RX)
• Modo: Joint-Stereo
• Taxa: 128 Kbps-BPSK
• Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7

Cabral homenageia o Dia Nacional da Consciência Negra

Em homenagem à comunidade afro-brasileira pelo Dia Nacional da Consciência Negra, comemorado ontem, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) disse que a data tem grande significado por “relembrar o legado de Zumbi dos Palmares e sua im-



Cabral: legado de Zumbi é símbolo da luta pela liberdade

portância como um dos maiores símbolos da luta pela liberdade e pela igualdade no país”. A data foi incluída no calendário oficial por iniciativa da ex-senadora Benedita da Silva, lembrou cabral. O dia 20 é a data da morte de Zumbi.

O Quilombo dos Palmares, afirmou o senador, integra não apenas a história dos negros, mas também a da rebeldia contra o escravismo na América Latina e, nessa medida, teve importância fundamental na formulação dos ideais de democracia na região.

A data passou a ser mais intensamente comemorada nas últimas três décadas, destacou o senador. Em 1971, por iniciativa do Grupo

Palmares, de Porto Alegre, foi realizado ato público em homenagem ao Estado Negro de Palmares. Foi então que, segundo Bernardo Cabral, surgiu a proposta de que o 20 de novembro fosse uma alternativa ao 13 de Maio, data da Abolição da

Escravatura. A denominação Dia da Consciência Negra foi proposta pelo Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial, em 1978, lembrou.

A mobilização das comunidades remanescentes de quilombos em defesa da posse de suas terras, a partir da década de 80, resultou no reconhecimento, pela Carta de 1988, do direito dessas comunidades, registrou o senador.

Em aparte, Lauro Campos (PT-DF) disse que os movimentos dos quilombos engrandecem a história brasileira. Sebastião Rocha (PDT-AP) afirmou que o pronunciamento de Cabral era “uma apologia à liberdade”.

Afro-brasileiros continuam discriminados, diz Viana

Ao registrar a passagem do Dia Nacional da Consciência Negra, o senador Tião Viana (PT-AC) disse que o Estado está muito longe de integrar à sociedade o enorme contingente de pessoas descendentes dos cerca de 4 milhões de africanos arrancados da sua terra natal no período colonial.



Viana: integração dos negros à sociedade permanece distante

Ele destacou que é o resgate “desa injusta e incomensurável dívida social” que os movimentos negros cobram hoje, pleiteando a adoção de políticas públicas que coibam a

violência, a discriminação étnica e promovam o desenvolvimento.

Esse quadro, disse, torna-se ainda mais grave quando se sabe que, segundo o IBGE, 45% dos brasileiros são de origem negra. “A despeito de tantas lutas, o Brasil ainda apresenta, no que toca à sua população negra, índices

inaceitáveis de escolaridade, saúde e distribuição de renda”, afirmou.

Os senadores Heloísa Helena (PT-AL) e Iris Rezende (PMDB-GO) associaram-se à homenagem.

Senador apela por quebra do sigilo bancário de deputado

O senador Tião Viana (PT-AC) fez um apelo para que o Supremo Tribunal Federal quebre o sigilo bancário do deputado federal José Aleksandro (PSL-AC), denunciado pela CPI do Narcotráfico como integrante do crime organizado. O deputado teria ligação com as ameaças de morte feitas ao governador do Acre, Jorge Viana.

Tião Viana disse que a socieda-

de tem repudiado tais ameaças. Ele agradeceu ao presidente Fernando Henrique, que visitou o estado para prestar solidariedade ao governador. A visita, na avaliação do senador, representa um passo importante na defesa das instituições.

O senador Iris Rezende (PMDB-GO), que presidia os trabalhos, apresentou a solidariedade da Mesa ao governador e seus familiares.

ACM pede esclarecimentos sobre denúncias na Sudam

Segundo senador, matéria da *Folha* aponta evidências “insofismáveis” de superfaturamento na Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) pediu ontem, em plenário, que o ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, esclareça em 48 horas as denúncias de corrupção na Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). As acusações de superfaturamento na Sudam foram feitas pelo jornalista Josias de Souza, e publicadas no domingo pelo jornal *Folha de S. Paulo*.

Antonio Carlos disse que, com base nas provas que o jornalista — “um dos mais sérios e competentes do país” — apresenta na matéria, há evidências “insofismáveis” de que valores estão sendo superfaturados “de maneira inacreditável” naquela superintendência. Ele afirmou que é dever do ministro Fernando Bezerra, como cidadão brasileiro e também senador, responder às denúncias.

— Essas denúncias mancham a honra do país e devem ser averiguadas. Não peço uma CPI, mas o



Antonio Carlos espera que o ministro da Integração Nacional se manifeste sobre as acusações

ministro tem que vir aqui esclarecer essas acusações aos senadores, ou mandar por escrito uma resposta convincente. O Senado não pode ficar omissivo. Se não agirmos com seriedade, fatos como esse vão se repetir — frisou Antonio Carlos.

O senador solicitou à Mesa que encaminhasse o artigo de Josias

de Souza para o ministro da Integração Nacional, acrescentando que Fernando Bezerra deve “explicações públicas” sobre as denúncias, porque as acusações se tornaram públicas com a publicação da reportagem. Ele adiantou que, em breve, também apresentará novas denúncias sobre o assunto, acompanhadas de farta documentação.

— Esse crime da Sudam, como outros de que vou falar dentro em pouco, não poderão ficar impunes, porque, se ficarem, o Congresso também será responsável pela falta de providências adequadas junto ao Executivo para saná-los — concluiu Antonio Carlos Magalhães.

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP), que presidia os trabalhos, assegurou a Antonio Carlos que tanto seu pronunciamento quanto a reportagem do jornal *Folha de S. Paulo* seriam prontamente encaminhados ao conhecimento do ministro Fernando Bezerra.

Roberto Requião defende mudanças para democratizar legislação eleitoral

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) defendeu ontem regras para tornar a legislação eleitoral mais democrática. Lembrando proposta de sua autoria em tramitação na Câmara, ele sugere a adoção de um sistema de listas partidárias, o estabelecimento de princípios claros para definir a fidelidade partidária, restrições a coligações, o fim do instituto do domicílio eleitoral e o financiamento público de campanhas.

Ele discorda da exigência de quatro anos de filiação partidária e um ano de domicílio eleitoral, para lançar candidaturas. Também considera prejudicial ao eleitor a redução do período de campanha. Segundo ele, isso só beneficia quem já está no poder. Na sua opinião, é preciso haver liberdade total de candidatura, que o prazo de domicílio eleitoral também restringe.

A fixação de princípios claros para a fidelidade partidária, segundo o senador, seriam preferíveis à exigência de prazo de filiação. Re-



Requião sugere adoção de listas partidárias e estabelecimento de princípios claros para fidelidade

quião propõe que certas cláusulas dos programas partidários sejam péticas. Se o candidato eleito votar contra uma delas, o próprio partido trataria de excluí-lo e substituí-lo pelo seguinte na lista.

Para Requião, o financiamento público não acaba com o financiamento privado, mas pode ser uma espécie de “enfermaria geral”, garantindo condições mínimas de participação eleitoral para candidatos sem recursos. O financiamento público, disse, representa a pos-

sibilidade de manter o processo democrático brasileiro.

Ramez Tebet (PMDB-MS) salientou a necessidade de o Congresso votar a reforma política até um ano antes das próximas eleições, sob pena de “passar o vexame” de enfrentar as mesmas incoerências de hoje. Para ele, a maior contradição se encontra na lei das inelegibilidades, ao permitir que um prefeito concorra no exercício do cargo e o secretário municipal seja obrigado a se desincompatibilizar.

Leilão do Banespa superou expectativa, afirma Arruda

Segundo o senador, o preço pago revelou a confiança que a comunidade internacional deposita na economia brasileira

Na avaliação do líder do governo no Senado, José Roberto Arruda (PSDB-DF), a venda do Banespa por um preço 283% superior ao definido no edital de privatização superou "a mais otimista expectativa". O leilão, a seu ver, revelou que a comunidade internacional deposita "confiança na solidez e credibilidade" da economia brasileira.

— Essa demonstração de confiança tem importância ainda maior no momento atual, em que a Argentina enfrenta problemas gravíssimos, que aumentam a consideração de risco da economia brasileira — disse o senador, que prometeu, em pronunciamento a ser feito hoje, apresentar análise mais detalhada do significado do leilão para a conjuntura econômica nacional.

O ágio do leilão foi tão expressivo, segundo o senador, que provocou a valorização do real frente ao dólar, devido à injeção de aproximadamente R\$ 7 bilhões na economia nacional, como mostraram as variações cambiais na tarde de ontem.

Arruda afirmou ainda que a privatização do Banespa encer-



Para Arruda, a privatização do Banespa encerra uma era no sistema financeiro nacional

ra a era em que os bancos estaduais, "muitas vezes geridos pela ótica dos interesses do poder local", trabalhavam com resultados negativos e os impunham a todo o sistema financeiro nacional.

O senador reconheceu que o ajuste no sistema financeiro implicou sacrifícios a toda a sociedade e que o preço da estabilidade econômica foi alto. Em contrapartida, disse, São Paulo registra inflação zero há dois meses consecutivos e o acumulado no ano não alcançará um dígito.

Para o líder do governo, a economia brasileira volta a crescer sem milagres, mágicas, truques, choques heterodoxos, mas apenas com seriedade e responsabilidade fiscal. "Seis anos após a implantação do Plano Real, o Brasil começa a colher o que plantou", afirmou.

Em resposta a críticas feitas pela senadora Heloísa Helena (PT-AL), de que a venda do banco representa a entrega do patrimônio público à iniciativa privada, Arruda afirmou que, em todo o mundo, as oposições também têm comemorado fatos que representam aumento da força do setor produtivo, "inclusive para não terem que mudar de discurso quando assumem o poder". O senador reiterou sua posição favorável à privatização, disse que o amadurecimento das oposições é importante para o aprendizado democrático do país e falou do "júbilo por não termos cedido à tentação da demagogia de derrubar os pilares que sustentam a economia". São eles que fundamentam, finalizou, a retomada do crescimento econômico sustentado.

Lúcio Alcântara registra relatório de atividades da CNA

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) registrou a divulgação do Relatório de Atividades de 1999, publicado pela Confederação Nacional da Agricultura (CNA), em que constam os resultados do setor agropecuário no ano passado. Ele observou que a entidade passou por dificuldades no ano passado, motivadas por problemas no mercado nacional e internacional.

No relatório, a CNA informa que houve diminuição de renda no setor em 1999, motivada por inúmeras dificuldades internas e externas, como a queda dos preços dos produtos agrícolas, a carência de crédito e as altas taxas de juros. São citadas também as turbulências que atingiram os mercados agrícolas internacionais.

Alcântara lembrou que, em advertência contra essas dificuldades, a categoria realizou mobilização nacional, no mês de agosto de 1999, que reuniu em Brasília mais de dois mil caminhões e tratores vindos de todas as partes do país. A intenção da entidade, destacou, foi buscar um diálogo mais objetivo com o governo e mostrar a força e organização dos produtores rurais.

O senador também elogiou a atuação da entidade representativa dos produtores rurais brasileiros. Criada em 1964, a CNA congrega cerca de dois mil sindicatos representados por 27 federações estaduais, somando mais de 1 milhão de associados filiados em todo o território nacional. A entidade, acrescentou o senador, é mantida por duas fontes básicas de recursos: a contribuição sindical compulsória e aquelas espontâneas por parte dos sindicalizados.

De acordo com Alcântara, a entidade patronal é o núcleo do sistema organizacional que envolve toda a produção agrária, responsável pela busca, em conjunto com o governo, de soluções modernizadoras para o setor. Entre os temas constantes da pauta da CNA, citou, estão a política agrícola e agrária, tributação e previdência social rural.



Alcântara: houve redução da renda do setor agrícola em 1999

Osmar quer incluir mata ciliar no cálculo das reservas florestais

O senador Osmar Dias (PSDB-PR) voltou a defender a inclusão das matas ciliares no cálculo da reserva florestal legal que todas as propriedades rurais estão obrigadas a preservar, em obediência à Medida Provisória nº 1.956. Ele apresentou emenda à MP, incluindo a cobertura vegetal às margens dos rios na cota compulsória, por entender que, no Brasil, é tão importante preservar a água dos rios quanto as florestas.

Osmar elogiou a iniciativa do governo de criar reservas florestais que variam entre 20% e 80% da superfície das propriedades rurais, de acordo com a região em que se localizam. Ele argumentou, porém, que os agricultores não pensarão em preservar, ou replantar, as matas ciliares se não forem incluídas no cálculo. "Isso não será bom, pois a atual situação da água no país já aponta para problemas sérios no futuro", disse.

Ele criticou a União das Entidades Ambientais do Paraná, que chamou os defensores das matas ciliares de "gafanhotos da floresta". Para

Osmar Dias, há organizações não-governamentais (ONGs) responsáveis, mas algumas seriam criadas somente para receber recursos públicos. "Como exemplo, posso citar a ONG Farol do Saber, de propriedade do ex-ministro Rafael Greca e de sua mulher, que foi alvo de 600 denúncias de irregularidades em relação a repasses do Ministério do Esporte e Turismo, durante sua gestão."

Em aparte, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) aplaudiu a preocupação de Osmar Dias com a preservação da água, insumo que, segundo disse, "será o ouro do século XXI". Também em aparte, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) disse que há ONGs sérias e outras que estão a serviço de estrangeiros, contrariando os interesses nacionais.

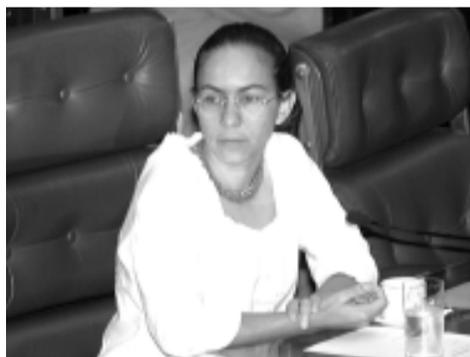


Osmar Dias: medida garantirá proteção às águas

Heloísa: venda do banco não deve ser comemorada

A venda do Banespa não deve ser comemorada, afirmou ontem a senadora Heloísa Helena (PT-AL) em pronunciamento logo após os elogios do líder do governo José Roberto Arruda (PSDB-DF) ao leilão do banco. Ela disse estar impressionada com a "facilidade maldita" com que lideranças governistas falam sobre a "entrega do patrimônio nacional". Para a senadora, Arruda apenas reproduziu "a cantilena" utilizada durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso.

— É a mesma cantilena enganosa que promove o desemprego em massa e impõe um grande sacrifício à população, para respaldar uma política econômica imposta pelo FMI. É o patrimônio do povo brasileiro.



Para Heloísa Helena, o leilão do Banespa significa a "entrega do patrimônio nacional"

Não pertence ao PSDB e nem ao PT — afirmou.

A líder do Bloco Oposição acrescentou que os mesmos políticos que usam a corrupção como um dos argumentos para privatizar o Banespa são os mesmos que, quando tiveram oportunidade, não realizaram auditoria para identificar os corruptos e puni-los.

— O importante é nominar as forças políticas que se dirigem ao passado como se não fizessem parte dele, como se não continuassem no presente como parte da base de sustentação do governo. Os políticos que depredaram tudo são os mesmos que sustentam a estrutura do governo — assinalou Heloísa Helena.